

A REVISTA.

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

Subscrive-se a 24500 Rs. por trimestre (13 numeros)
e vende-se cada folha avulsa a 200 Rs. nesta typ.

MARANHAO TYPOGRAPHIA DA TEMPERANCA, IMPRESSO POR
MANOEL PEREIRA RAMOS, NA RUA FORMOSA CAZA N.º 2. 1847.

RIO DE JANEIRO.

—Publicamos hoje mais um artigo do *Courrier du Harre* acerca da questao do trafico dos Africanos.

O diarista do Harre continúa a censurar o governo francez por seu procedimento desleal e violento para com o Brasil, e eleva-se a considerar os meios até agora empregados para suprimir o trafico de Africanos. Civilisae a Africa se queréis que o trafico acabe por si mesmo; é este o pensamento de todos os que de boa fé querem a abolição do trafico de Africanos. Os outros não a querem,—pretendem unicamente assassinar industrias rivaes e por isso lançam-se pela estrada dos attentados e das violencias. Até agora esses attentados e violencias corrião por conta da Grã-Bretanha, hoje a França associa-se com ella para conservar ao menos em apparencia a *entente cordiale*, e incita o odio de uma nação amiga!

Ainda mais, o *Courrier du Harre* vê actualmente na politica ingleza muita habiliidade para reconquistar a posição que perdura no Brazil.—Não duvidamos que os estadistas comprehendessem a necessidade de acariar os interesses brasileiros com o fim de obterem o que tanto desejão—o tratado de commercio e navegação; a França que estava em melhor posição para conosco, que, aceitando a revogação dos artigos perpetuos ainda subsistentes entre os dois paizes, poderia conseguir vantagens importantes,—a França toma a seu cargo apressar os nossos navios, levar para as praias de Brest subditos brasileiros, e subjeital-os nos tribunaes francezes! Se não é inqualificavel humilhação, é cegueira imperdoavel.

“A INGLATERRA.—O BRAZIL.—O TRAFICO DE NEGROS.—Já mencionamos os esforços que faz a Inglaterra para voltar ás boas graças com as republicas do Rio da Prata, por meio da missão de seu agente, M. Hood,—do Mexico, pelo offerecimento de mediação entre este paiz e os Estados-Unidos; só resta dar satisfação a susceptibilidade brasileira para que a Inglaterra fique em paz e em boas relações de amizade com o mundo inteiro. A respeito do Brazil já está dado o primeiro passo e foi um grande importancia: a Inglaterra renunciou a absurda distincção que havia assignado entre assucar produzido por trabalho de homens livres ou escravos, e para umido de absurdo não reconhecia quando se tratava de algodão, tabaco e outras produções tropicaes.

“A Inglaterra abriu com liberalidade seus vastos mercados aos assucares brasileiros; daqui a alguns annos concederá a produção brasileira os privilegios de sua

produção nacional. Evidentemente fica com direitos a alguma compensação da parte do governo brasileiro. Que mais deve fazer a Inglaterra para estabelecer sobre solidas bases, entre ella e o Brasil, vantajosa união commercial? Renunciar as medidas de violencia e coerção na repressão do trafico dos negros; retirar a lei exorbitante pela qual seu governo se attribue o direito de mandar julgar subditos brasileiros por tribunaes inglezes. Não ha nação, por mais fiera que seja, que possa supportar esta deshonra; e as camaras brasileiras declararão solemnemente que não se subjeitarão.

“Não se sabe talvez em França, mas é certo que a Inglaterra pediu um dia que os Francezes, prezos por suspeita ou em flagrante delicto de trafico de negros, fossem submettidos senão aos tribunaes inglezes, ao menos a um tribunal misto, isto é um tribunal composto de juizes tirados metade da magistratura ingleza e metade da magistratura franceza. Affirma-se que negociadores francezes acquiesceram a esta ignominia, e que uma intelligencia diversa foi quem appoz a exigencia da Inglaterra a irresistivel vontade da carta constitucional, precitando imperiosamente que nunca um Francez será desalorado de seus juizes pátrios.

“Posto que as camaras brasileiras tenham exigido energicamente, como preliminar de qualquer convenção de commercio e de navegação com a Inglaterra, a formal revogação do acto do parlamento inglez que equipara os negreiros brasileiros com piratas, é provavel que ellas se mostrarão satisfeitas com a recusa dos juizes e tribunaes na applicação d'aquella lei. Agora pedirão ellas á França satisfação pelas prezos brasileiras levadas a Brest e submettidas á jurisdicção dos tribunaes francezes.

“Admittimos que o commercio dos negros seja um trafico odioso, infame, abominavel, como quizerem, dizem os Brasileiros; consentimos em punil-o por nossas leis, mas não daremos jamais a nenhuma potenciação direito de forçar-nos a renunciar um commercio, qualquer que elle seja. Assim disserão os Estados-Unidos, assim fallão todos os governos, ainda aquelles que, não tendo força, tem ao menos o sentimento da dignidade nacional. Não fallou do mesmo modo a França que, a pretexto de philantropia, accitou o direito de visita, esteve para consentir no estabelecimento dos tribunaes mistos, pôz vinte e cinco navios de guerra á disposição da politica ingleza; e que sendo tão amiga de encontrar piratas onde os não ha, não ousa reclamar contra a pirateria de Inglaterra, que vai aos portos e bahias de nossas colonias seduzir, roubar escravos, amarrar a barateria dos patões, e abrigar em

suas possesões, assegurando-lhes a impunidade, verdadeiros ladrões e assassinos.

“Pois que todas as nações querem a abolição do trafico dos negros, não haveria outro meio de proceder, para suprimil-o, senão esse de que se tem usado? Como! punis com penas infamantes aquelle que se occupa d'esse commercio, e nos bancos de ambas as vossas camaras senta-se filhos e netos que receberam a herança de paes e avós que enriquecerão com o trafico dos negros; ainda mais, sem remonhar a muito mais de um século achareis principes do sangue real de Inglaterra empenhados n'esse commercio! Em vez d'esse ignominioso tratado do direito de visita, que a França concedeu até ao Haiti, cujos navios de guerra por mais de dez annos tiveram o direito de fiscalisar o nosso commercio, não seria mais simples trazer todos os povos maritimos a uma convenção que declarasse livre a raça africana, mesmo no fôco de sua servidão, isto é na Africa, e que obrigasse todos os povos europeos solidariamente a obter da parte dos reis africanos a renuncia de todo trafico d'esta natureza?

“Não é duvidoso que, com mais efficacia se suprimiria o trafico por uma lei ou convenção internacional, a qual nenhum governo recusaria sua acquiescencia, especificando-se que todo o Africano ou descendente de Africano, embarcado na costa d'Africa, seria por esse facto livre de toda servidão e admittido ao gozo inteiro e absoluto dos direitos civis do paiz para onde fosse transportado. Admittindo que houvesse ainda para traficar em escravos alguma armador pouco zeloso de seus capitães, algum capitão e equipagem decidida a expor-se ás penas infligidas pelas leis de todas as nações para tal crime, seria possível achar-se comprador para negros da costa d'Africa, senhor para homens legalmente libertos! Acredita alguém que seja possível escravizar os Allemaes que vomos saber todos os dias de sua patria com destino para o novo-mundo! Porque poderiam escravizar um Congo ou Ibo? Será possível em nossa Guyanna, mesmo na habitação mais ignorada, ter um indio em servidão?

“Tem-se fallado de fraudes facéis de cometer; para suppor fraudes d'esta natureza, é necessario estar na mais completa ignorancia dos costumes coloniaes: não ha ninguém, por menos iquizado que seja a respeito da vida nos paizes em que ha escravos, que pense convir a qualquer lavrador, ainda o mais sordido, ter em sua casa como escravo um Africano ou descendente de Africanos cujos titulos de liberdade sejam incontestaveis.

“Eis o que seria prudente e a França não teria

os tratados de 1831 e de 1833 e sua digna consequencia, o tratado Broglie, que nos obriga a manter uma força naval e consideravel na costa d'Africa, para capturar os navios de uma nação amiga e arruinar seu commercio. Não estaríamos hoje nos apuros em que a Inglaterra nos ha de deixar, em luta com o Brazil, occupando-se ella na renovação de uma alliança politica com este imperio, concedendo-lhe vantagens importantes pelas quaes pôde com justiça reclamar leal reciprocidade, e ao mesmo tempo estabelecendo entre Liverpool e o Rio de Janeiro uma linha de dez navios de vella e de vapor, destinados a fazer as communicações de ambos os paizes tão frequentes quanto devem ser, e tornar solidos e duradouros os laços dos negocios e interesses que devem unil-os mais intimamente do que d'antes.

(Diario do Rio.)

—Lê-se na Gazeta Official:

São favoraveis as notícias provinciaes, ultimamente chegadas.

A alfândega da Bahia rendeu no mez de outubro 363,815U873 rs. e no mez de novembro 270,548U375 reis. A este respeito moralisa o inspector da alfândega da Bahia pelo seguinte modo: "A grande differença de 93,000U000 rs. que rendeu de menos esta alfândega no mez de novembro relativamente ao anterior, pode-se dizer que foi uma consequencia necessaria da extraordinaria arrecadação realisada no dito mez anterior; no qual o numero dos carregamentos do mercadorias estrangeiras, vindas de portos estrangeiros, foi maior que o dobro dos recebidos em novembro. Também justifica a apparente diminuição a immensa somma arrecadada nos primeiros mezes do presente semestre, que, comparativamente á dos cinco mezes primeiros do anno anterior, apresenta um excedente de mais de 100,000U reis. Digo *apparente diminuição*, porque o rendimento de 270,000U excede não só o medio da arrecadação de cada mez do anno financeiro proximo findo, como o do orçamento ultimamente feito com a base de importação dos tres ultimos annos financeiros."

O rendimento do consulado foi, em novembro, de 42,789U200 reis. Pela quitação (art. 156 do reg. de 30 de maio de 1836) tom entrado nos trapiches da capital cerca de 11,000 caixas de assucar, havendo em ser para mais de 7,000; o preço mais subido deste genero de exportação tem sido de 1U800 a 2U400 por arroba; o mercado tem estado frouxo; ha falta de embarcações e os fretes se achão entre lib. st. 3 e 3,10 s.

A alfândega de Pernambuco havia rendido em outubro 149,854U547 rs.; no mez de novembro rendeu 193,399U273 rs. ha vendo neste ultimo mez uma differença de 43,444U726 rs. para mais, a qual foi devida á maior importação de mercadorias.

O consulado rendeu 34,469U979 rs., tendo no mez de outubro rendido somente 22,885U217. Houve pois uma differença de 19,585U762 rs. para mais, proveniente de ter principiado a safra do assucar e por isso affluirem os embarques deste genero para fora do Imperio.

nambuco no mez passado com as observações correspondentes.

Nesse mesmo mez forão as rendas da alfândega e consulado do Maranhão de 60,473U014 rs.; as da cidade da Fortaleza (Ceará) de 3,792U651 rs.; as do Natal (Rio Grande do Norte) de 656U057 rs.; as das Alagoas de 30,590U047.

A alfândega da Parahyba do Norte rendeu reis 1,080U611, e o consulado 5,445U255 reis. Estes rendimentos, comparados com os do mez de outubro, são superiores, provindo o augmento de terem chegado tres embarcações estrangeiras, que furaõ de Pernambuco á essa provincia, onde carregarão 2,483 saccas de algodão.

As alfândegas e consulados do Rio Grande e S. Joze do Norte (provincia do Rio Grande do Sul) renderão 100,799U207 reis. Este rendimento, comparativamente com o do mez passado, é muito diminuto, e para isto concorre o ser o periodo da presente estação, alem de muito tempestuoso, aquelle em que estão parados os trabalhos das charqueadas, e talvez por esta razão menos afflue a exportação estrangeira.

A alfândega e consulado de Farnaguá (S. Paulo) renderão em outubro 2,867U485 reis, e em novembro 2,857U830 reis, sendo devida a diminuição que nesses mezes se nota á menor importação.

(Do Mercantil.)

MARANHÃO.

Publicações á pedido.

Illm. e Exm. Sr.

—Cumprindo o respeitavel despacho de V. Exc. de 27 do corrente passa esta Camara a informar a V. Exc. sobre a materia da representação que á presença do Governo da Provincia fez subir Antonio Joze Galvão por occasião do ser demittido do Emprego de Secretario.

Trez são os fundamentos em que o Supplicante baseou-se para suppor injusto o procedimento da Camara.—1.º ter sido o Supplicante nomeado unanimemente Secretario, achando-se presentes seis Vereadores, 2.º ter lhe sido dada essa demissão por capricho ou acinte dos Vereadores Joaquim Marcolino de Lemos, Raimundo Gabriel Gomes de Faria Bangoim e Joaquim Jansen Pereira ou Izidoro Jansen Pereira, que o Supplicante considera formando uma só e mesma pessoa.—3.º finalmente o não poder a Camara deliberar essa demissão estando presentes cinco Vereadores quando devia estar completo o n.º na conformidade do art. 28 da Lei de 1.º de Outubro de 1828. Todas essas trez allegações do Supplicante são taes, que bastarão por si só para convencer da futilidade do recurso que interpoem, e pelo qual não duvidou tirar a V. Exc. o precioso tempo que com tanto proveito consagra aos interesses da Administração. Mas não obstante cumpre obedecer ao despacho de V. Exc. e exige a dignidade desta Corporação que sobre as bases dessa Representação se fação algumas considerações.

Não he exacto o que affirma o Supplicante a cerca da circumstancia de ter sido nomeado Secretario estando presentes seis Vereadores. A camara na occasião em que se verificou essa nomeação con-

gelo Carlos Moniz, Sebastião Joze de Mattos, Joze Cereino da Silva Raposo e dos supplentes Alexandre Gonçalves da Costa, Manoel Joze do Amaral e Cunha e Raimundo Marcos Bello, dos quaes o 1.º votou contra a demissão do outro Secretario e os dois ultimos forão convidados para essa Sessão e não podião fazer parte da Camara, segundo as declarações de V. Exc. constantes do Officio que dirigio ao Exm. Sr. Ministro da Fazenda em data de 21 do corrente, arrancando-se o primeiro a Repartição de Fazenda a que pertence e onde faltou n'esse dia, e o segundo aos diferentes Juizos em que serve na qualidade de Escrivão e Tabellião de Notas. Daqui se ve que a Camara que nomeou o Supplicate não estava completa, faltando ainda trez Vereadores e que para se dar alguma apparencia de força a esse acto, a força que nelle alcança o Supplicate, foi preciso que dois Empregados Publicos um de Fazenda e outro de Justiça abandonassem suas occupações com prejuizo do serviço publico para virem demittir um Secretario que servia ha muito tempo e contra quem não existia queixa alguma, nomeando-se o Supplicate em seu lugar. He igualmente destituida de verdade a outra arguição do Supplicate quando pretende fazer crer que sua demissão nasceu do capricho ou acinte de alguns Vereadores. Huma arguição tal para merecer credito devera de vir acompanhada de valiosos documentos que a comprovassem e tanto mais quanto o Supplicate menciona entre esses um Vereador que na demissão do mesmo Supplicate não teve parte por se não achar em exercicio na Camara a esse tempo! Não podendo o supplicante apresentar se quer um motivo plausivel de suspeição que podesse influir no animo desses Vereadores para suscitar alguma desconfiança sobre as decizões em que tivessem tomado parte, donde poderia nascer esse capricho ou acinte, que alias talvez só tivesse concorrido para a nomeação do Supplicate que nada menos importava do que a destituição de um Empregado honesto que ha annos servia, e contra quem como havemos dito, nenhuma reclamação houve até o presente que desabonassem sua probidade e aptidão.

Quanto ao 3.º fundamento, recorrendo esta Camara á Lei citada pelo supplicante, não encontrou disposição alguma, que podesse authorisar sua opinião. E' certo que o art. 28 da referida Lei exige que a Camara funcione com o numero completo de Vereadores, quando a importancia dos negocios fôr tal que exija a presença de todos os Vereadores; mas não ha na dita Lei declaração alguma de que se infra que a nomeação e demissão de seus Empregados esteja comprehendida na cathogoria desses negocios, tenha essa importancia, cujo apreçamento alias depende do juizo da corporação. O supplicante entendendo que a destituição de um Empregado he objecto de summa importancia que só devia de ser tratado com a presença de todos os Vereadores, não pôde deixar de admitir que o he também a nomeação; e neste caso com a propria argumentação do supplicante, deve o mesmo reconhecer que sua nomeação deliberada por tres Vereadores de numero e tres supplentes foi também resultado da mesma precipitação e acinte, a que elle pela circumstancia de existir na Camara cinco Vereadores, dos quaes quatro votaram pela sua demissão, e só um era sup-

plente, quando foi demittido, pretendeo attribuir esse acto.

Esta Camara julga dever igualmente repellir a insinuação que emprega o supplicante quando historia, que tres Vereadores se aproveitaram da ausencia de outros cinco para deliberarem sua demissão, por quanto nem se deixou de convocar todos os Vereadores e se não comparecerão dois e não cinco, como diz, não pôde essa falta ser imputada a Camara e nem por esta razão devia ella deixar de celebrar as sessões ordinarias, como nianda a Lei do seu Regimento.

Faz ainda o supplicante a consideração de que podia ser reintegrado pela maioria da Camara, e se não recorre a esse expediente he porque não deseja dar lugar a scenas desagradaveis. Se fora isso exacto, devêra o supplicante esperar que essa maioria se apresentasse e lhe pedir justiça: por que deste modo melhor mostraria que gosa da confiança desta Camara: mas o supplicante está bem certo de que nenhum proveito tiraria desse recurso, que a maioria da Camara tem razões para não confiar no supplicante. Tendo assim esta Camara destruido os principaes fundamentos da Representação do supplicante, resta-lhe agora tão somente declarar a V. Exc. os motivos que a induziram a demittir o supplicante do Emprego de Secretario. O cidadão Joze Innocencio Ferreira de Castro occupava este lugar antes da nomeação do supplicante, e o servia ha annos. Para a nomeação do dito Castro concorrerão igualmente quasi todos os Vereadores de numero que na sessão do dia 7 de Dezembro ultimo, com dois supplentes que chamarão, deliberarão depois sua demissão. V. Exc. já talvez esteja bem informado dos maneios que se empregaram para se organizar uma maioria ficticia na Camara afim de se poderem dar essa e outras demissões.

Foi igualmente V. Ex. quasi testemunha do inqualificavel desacato praticado por esses Vereadores, quando nesse mesmo dia 7 se dirigirão ao Paço da Municipalidade quasi contíguo ao Palacio do Governo, e arrombarão uma das portas do edificio para celebrar uma sessão em que unicamente se resolverão algumas demissões e entre outras a do dito Secretario Castro. Ainda mais.

Derao certos individuos demissões repentinas de seus Empregos na vespera do dia dessa escandalosa sessão para poderem comparecer na Camara como Vereadores e formarem a maioria ainda que apparente para fazer passar suas apaixonadas deliberações! Acresce a isto que o dito Secretario passou umas Certidões relativas a uma grande questão, que se ventilla na Camara dos Srs. Deputados, e logo que essas certidões tiverão publicidade, correrão boatos de que o dito Secretario seria demittido. Todas essas circumstancias precederão ao acto da demissão do dito Secretario e não podem deixar de ter a merecida importancia na illustrada consideração de V. Exc. contendo mui sobejos indícios de ter sido ella dictada por um sentimento talvez de vingança. O que pois devia fazer a Camara? A Camara fez o que a moralidade publica exigia se fizesse, o que lhe aconselhava sua dignidade, a dignidade de uma Corporação que não devia deixar a mercê de um capricho a sorte de seus Empregados.

Reunio-se e resolveo a reintegração do Secretario que tão injustamente havia

sido demittido não se apresentando uma razão plausivel que justificasse esse acto, e sem embargo dos serviços desse cidadão, que os prestou á causa da pacificação da Provincia, servio varios empregos publicos de consideração qual o de Prefeito desta Capital na tormentosa quadra da revolução porque passou esta Provincia, o que he por certo um argumento concludente de sua probidade e aptidão, sendo finalmente um chefe de familia que não tem outros meios de subsistencia senão os desse Emprego, para tomar em seu lugar um Vereador, que não duvidou descer da cadeira de Presidente da Camara Municipal para occupar o lugar de seu Secretario, e serve o Emprego de Lente de Logica do Lyceu que lhe dá meios mais que sufficientes para uma mui decente subsistencia, e parece incompativel com o de Secretario da Camara á vista do Aviso de 7 de Outubro de 1843, e cuja aptidão pôde muito bem ser avaliada pela Representação que acaba de fazer subir a presença de V. Exc.

Deos Guarde a V. Exc. &c.

Lidoro Jansen Pereira, P.—Joze Miguel Pereira Cardozo—Joaquim Marcolino de Lemos—Raimundo Gabriel Gomes de Faria Bangoin—João Fernandes de Moraes—Angelo Carlos Moniz, vencido.—Joze Corcino da Silva Raposo, vencido.—Sebastião Joze de Mattos, vencido.—Padre Alexandre Gonçalves da Costa, vencido.

—*Sr. Redactor.*

—Acabo de ser notificado para dentro destes 11 dias responder sobre uma accusação que me faz o Sr. Antonio Joaquim Tavares, Procurador da Fazenda, porque meti n'uma folha de obra publica um escravo que não é da pessoa, que me entregou para dar-lhe que fazer: desta vez sim, desta vez, meu rico Sr. Redactor, fica provado com a minha condemnacão que são falsos os temiveis documentos que parao em meu poder contra aquelle Sr. Remetto-lhe as peças em que se deve bazear o processo, afim de as publicar quando poder; olhe que são interessantes! posto que agora o Sr. Tavares não se animou a declarar, segundo a sua authorizada opinio, que os artigos do codigo penal em que me achava incurso, como o fez n'outra occasião em que chamou contra mim uns poucos d'esses artigos, e se não parecesse caçoada por seu gosto accusava-me em todos, menos no que trata da bigamia. Até cedo, Sr. Redactor, já que me não deixão oxidar o escudo: conte que terei occasião de mostrar mais uma vez, que a lança do meu contrador é de sebo, e que elle não me leva a palma em quanto me não arrastar pelos cabellos (ha de lhe custar) ao Tribunal dos Jurados por calumniador.

Joze Joaquim Rodrigues Lopes.

A REVISTA.

Uma pagina de nossa historia politica.

—Nos primeiros tempos que se seguirão á nossa emancipação politica, as eleições fazião-se conscienciosamente, sem caballas, nem corrupção, ou coacção. As urnas erão sinceras, e exprimião a ver-

dade eleitoral em toda a sua pureza: isto ainda depois da dissolução da assemblea constituinte. O povo lá se enganava algumas vezes em seus juizos, mas o seu instincto, não transviado, nem preventido, o levava de ordinario a escolher sempre o melhor. Assim as nossas primeiras capacidades, ou antes quasi todas as notabilidades do paiz, foraõ, nessa quadra de patriotismo e desinteresse, elevadas aos principaes cargos de eleição popular, e a nação foi digna e devidamente representada.

Vierão depois os partidos exclusivos, e com elles as chapas, caballas, intrigas e trapaças; o instincto do povo que até ali se tinha conservado puro e extremo, começou a ser transviado, ou preventido; e a verdade eleitoral, ou a sinceridade das urnas, foi, como era de presumir, desnaturalada e falseada pelo fanatismo politico, odios e paixões mesquinhas. Havia com tudo liberdade de eleições, porque o poder não dispunha das urnas a seu talante; e, apesar das caballas, apparecia de vez em quando espontaneamente eleito, algum homem verdadeiramente superior, alguma grande capacidade; mas essa liberdade em breve se converteu em licença e anarchia.

Vogava então a moda de democratizar a monarchia; isto é, de enfraquecê-la, diminuindo ou cercceando as prerogativas da corõa, e attribuindo tudo ao povo, por meio do qual se pretendia fazer tudo. Esta utopia a que se deu o nome de monarchia americana, ou monarchia barata, não podia vigorar na applicação, porque uma republica é uma republica, e uma monarchia uma monarchia, cousas distinctas, repugnantes e inconciliaveis. Assim ja reacção não se fez esperar muito, e foi, como todas as reacções, muito alem do que era justo. A pretexto de fortificar a monarchia, e rodeal-a do prestigio, esqueceu-se inteiramente o povo que tanto figurara na primeira parte do drama, e tudo se entrou a attribuir á corõa cujos ministros se tornaraõ omnipotentes. Com este novo systema, ou antes com esta nova exaggeração, que se denominou monarchia forte, passou-se de extremo a extremo, porque o poder executivo preponderou sobre todos os outros, ou, para melhor dizer, todos os outros se resumirão nelle.

E a liberdade do voto foi bem depressa uma quimera, ou antes uma irrisão, como ja o era a verdade eleitoral, porque o governo em cujas mãos se concentrava tudo, começou a dispor das urnas sem cerimonia, como e quando quiz. As caballas e maneios usuaes succederão a coacção e a corrupção em grande escala. O povo, ou subjugado ou indifferente, não figurava nos actos que se celebravão em seu nome, senão por comprazer, porque os seus direitos foraõ desconhecidos e atropellados. O governo, ou o grande eleitor, para nos servirmos da expressão de Syeyes, designava os deputados e os senadores, ou por outra remettia nos seus delegados nas provincias, meros agentes eleitoraes, uma lista de nomes pela mor parte desconhecidos, e essa era a que sahia das urnas viciadas pela corrupção, ou conquistadas pela força. Assim os candidatos aos diferentes cargos de eleição popular não pleiteavão como d'antes as suas candidaturas perante o povo, mas perante o governo, e quando eleitos eraõ representantes, não do paiz, mas do governo.

Muitos dos que tiveram o desgosto de presenciar a mais que muito asquerosa degradação dessas eleições puramente nominaes, dictadas pelo poder, são naturalmente levados a preferir, como um mal com vezes menor, o excessivo contrario, ou essa tal qual licença eleitoral do tempo em que o povo dividido em bandos, mais ou menos fanatisados, dispunha elle só da sorte das urnas, e repetem ainda hoje com o palatino de Cracovia:—Malum periculosam libertatem, quam quietam servitutem.

As cousas chegarão, nestes ultimos tempos, a um ponto de desmoralisação tal, que todos, ainda os mais myopes, enxergarão a necessidade de uma prompta reforma no systema eleitoral inteiramente falseado e adulterado. Os mesmos partidos, exclusivos que, a datar de 7 de Abril de 1831 para cá, em que temos constantemente andado na roda viva do *sobe-desce*, forão a causa primaria de tudo, accordarão por fim em uma cousa essencialissima—a urgencia dessa necessidade tão geralmente sentida. Assim passou em ambas as camaras, e por convenção unanime dos partidos oppostos que ali dominão, uma lei regularizar de eleições: a qual se não é a melhor, é com tudo mui preferivel ás suppostas instrucções que emanavão até aqui do governo, e já, pelo simples facto da sua existencia, oferece alguma garantia ao paiz.

E si a lei fosse fielmente executada, como era para desajar, teriamos por certo de ver extirpados se não todos, ao menos a maior parte dos abusos que desfigurão as eleições: duvidamos porem que o seja, porque muitas outras o não tem sido. O ministerio, é verdade, proclamava altamente a politica da conciliação, e faz os mais sollemnes protestos de se não intrometter nas eleições, que não são do seu dominio. Ora, quanto a nós, o melhor fiador que nos pode elle dar da sinceridade de suas palavras, ou de sua neutralidade nas eleições, é entender na rigorosa execução da lei que regula a especie, porque da maneira porque a tal respeito se houver o governo, no presente ensejo, é que está dependente o melhoramento ou reforma do systema eleitoral.

Aqui foi a qualificação bem feita na capital, mas julgamos que o contrario terá sem duvida acontecido em alguns outros pontos da provincia; pois, si assim não fosse, não se apresentaria já nesta cidade certos indivíduos que se dizem potenciaes eleitoraes de suas localidades, arrotando pretenções, e querendo fazer jogo com tantos e tantos votos de que blasonão dispor, em seu favor, ou de terceiro, como se se tratasse ali de propriedade sua! Nos districtos em que a lei for bem e devidamente executada, temos que a unica potencia eleitoral será a massa dos eleitores; e como nem em todos os districtos a qualificação ha-de ser mal feita, e estes podem ser muita difficuldade constituir o maior numero. aconselhamos nos taes, que pleiteem as suas candidaturas perante o povo, ou massa dos eleitores, si querem ser bem succedidos.

Demais, novembro ainda está distante, para que se andem a dar tanta prosa.

Bem sabemos qual era a antiga tactica dos combinadores de chapas, e fazedores de eleições, mas essa lei, por mal executada que seja, já é alguma cousa, onde nada havia, para pôl-os fóra do seu elemento; e temos fé, que, escudado com ella,

já podê o espirito publico fazer brecha nas camaras que lhe tinham ate-agora como que fechado o seu recinto. Mas já elle a fez, porque, que outra cousa é essa lei, se não um triumpho da oppinião do paiz que clamava pela reforma das eleições, tantas vezes adiada pelas camaras? Daqui a ser o paiz devidamente representado não vai muito.

Assim, si o governo é sincero em seus protestos, e vai de accordo com o espirito publico, veja quanto lhe campre executar religiosamente a lei, para tirarnos do estado excepcional em que temos jazido por tanto tempo, sem eleições, e por consequente sem regimen representativo, porque as eleições são a base em que assenta esse regimen. O contrario seria marchar no mesmo terreno, desaproveitar as lições da experiencia, frustrar as vistas do legislador, e illudir completamente a oppinião do paiz. Sr. Francisco de Sá, agora mais que nunca deve V. Ex. mostrar se fiel ao seu programma, desenvolvendo toda a força de intelligencia, toda a firmeza de vontade, para realisar nesta provincia que foi confiada a sua illustrada administração, o singular beneficio que todos nos promettemos da lei, qual seja o preluir da grande reforma do systema eleitoral: assim é de esperar.

Questão de economia municipal.

—Transcrevemos neste n. a informação da camara municipal desta cidade, a cerca da demissão de secretario da mesma, dada ao Sr. Antonio Joze Galvão. Na camara ha duas maneiras que tem preponderado alternativamente, uma do Sr. Izidoro, outra do Sr. Angelo Moniz. A maioria do Sr. Angelo demittiu de secretario ao Sr. Joze Innocencio Ferreira do Castro, e nomeou para substituí-lo o Sr. Galvão que, para esse fim, se demittiu de presidente da camara. A maioria do Sr. Izidoro demittiu pelo seu turno o Sr. Galvão, e reintegrou o Sr. Joze Innocencio. O Sr. Galvão queixou-se a presidencia, e esta desaprovou a demissão, determinando que o demittido continuasse a servir o lugar de secretario da camara.

Vimos os fundamentos da decisão da presidencia, e admitindo o que se refere ás habilitações; isto é, que o Sr. Galvão tem mais intelligencia que o Sr. Joze Innocencio, por ser o primeiro litterato, e o segundo sem letras, parece-nos com tudo que sendo o emprego de secretario da livre nomeação da camara, e ella o juiz competente das habilitações para elle necessarias, essa decisão do governo força a camara a ter um secretario que não é da sua livre escolha, e tem o inconveniente de mudar a natureza da cousa.

COM ESTE N.º

Finaliza o 20.º trimestre da REVISTA, e principia com o seguinte o 30.º; roga-se aos Srs. assignantes que continuem a reformar as suas assignaturas.

AVISOS.

—ANTONIO D'ALMEIDA

Campos Dentista, auzenta-se do Maranhão com brevidade o que faz publico em conformidade da lei. Maranhão 2 de Fevereiro de 1847.

—Balthazar Irmãos & Sobrinho teem muito bom sortimento de livros em branco pautados, e entre estes com capa de camurça; e sim teem também quinião em vidros d'uma onça, que vendem tudo por preço commodo.

CHÁ HYSSON SUPERIOR

A 3:200 REIS A LIBRA.

Manoel Antonio de Carvalho e Oliveira Sobrinho recebeu de Inglaterra pelo brigue Mary, ultimamente chegado, uma porção de excellente Chá Hysson que vende a 3:200 reis a libra. E também tem á venda Chá Hysson vindo de Lisboa ao mesmo preço de 3:200 reis.

—PINTO & CARVALHO, arrendão, ou vendem, um sitio perto desta Cidade com uma excellente casa de vivenda, e boas propoções para ortalices, e capim; e também vendem um Lambique de cobre, sem uzo a quinhentos reis por libra.

—Vende-se o Patacho Brasileiro Esperança de muito boa construcção, e que saíu do Estaleiro no principio do anno passado. As condições devem agradar ao comprador. Quem o quizer pôde dirigir-se ao seu correspondente Manoel Antonio dos Santos.

ATENÇÃO!

Amantes do bom Chá,

Balthazar Irmãos & Sobrinho, acabão de receber pelo Brigue Mary, chegado ultimamente de Inglaterra, huma porção de excellente Chá Hysson, que vendem a 3:600, continuando igualmente a ter á venda o superior Chá Hysson, vindo de Lisboa pelo Brigue Laia, também chegado ultimamente a preço de 3:200.

—Joaquim de Souza Ramos vende por preço comodo uma canoa nova bem construida de mil e tantos alqueses a dinheiro ou a prazo, quem a pretender derija-se ao annunciante. Maranhão 29 de Janeiro de 1847.

—Em casa de Guimarães Magalhães. Silva ha uma carta para o Sr. Joze Gomes da Silva.

—Na loja de Manoel Tavares da Silva, na rua do Sol, ha de venda folhinhas ecclesiasticas para o anno de 1847.

—Manoel Antonio dos Santos tem á venda no seo Armazem ao Trapixe: Vinho do Porto em barris de 8.º de excellente qualidade para uzo de casas particulares; Caba de Cairo pelo preço mais barato que ha no Paiz, e de boa qualidade; e Tractados de Hygiene; bem como telha e tijolo da Olaria Rica, bem acreditados por sua optima qualidade.

Maranhão, Typographia da TEMPERANÇA—1847.
—Impresso por M. P. Ramos, rua Formosa n. 2.